

Atuação da Semarh para o encerramento dos lixões no Tocantins.

Dra. Ellen Sílvia Amaral Figueiredo

Diretora de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins

Palmas, 25 de junho de 2024

MISSÃO

A Diretoria de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem a missão **de fomentar a gestão integrada de resíduos sólidos**, por meio do desenvolvendo de um conjunto de ações voltadas **para a busca de soluções para os resíduos sólidos**, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, **com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável**.



O que compete ao Estado do Tocantins?



✓ Compete aos estados:

- Elaborar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
- Apoiar e priorizar iniciativas de gestão regionalizada a partir de soluções consorciadas ou compartilhadas intermunicipais, para a gestão dos resíduos sólidos;
- Apoiar a elaboração dos Planos Intermunicipais ou Regionais de Resíduos Sólidos;
- Controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama e;
- Fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência.

Frentes de implementação

- Plano de Resíduos
- Coleta Seletiva
- Reciclagem
- Logística Reversa
- Sistema de Informações (SINIR)
 - Destinação final dos rejeitos
- Produção e consumo sustentáveis

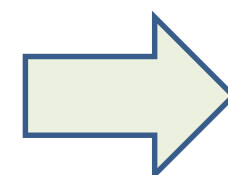
Lei 12.305/2010

Marco regulatório para “Resíduos Sólidos”

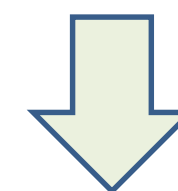
PERS - TO

Lei nº 3.614/2019: Política Estadual de Resíduos Sólidos

- ✓ Princípios
- ✓ Objetivos
- ✓ Instrumentos
- ✓ Diretrizes
- ✓ Metas e Ações



A serem adotados pelo Estado isoladamente ou em parceria com Municípios e Particulares



- ✓ Gestão integrada e o;
- ✓ Gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Instrumentos de execução PERS - TO

1. Câmara Técnica Permanente de Gestão de Resíduos do COEMA:

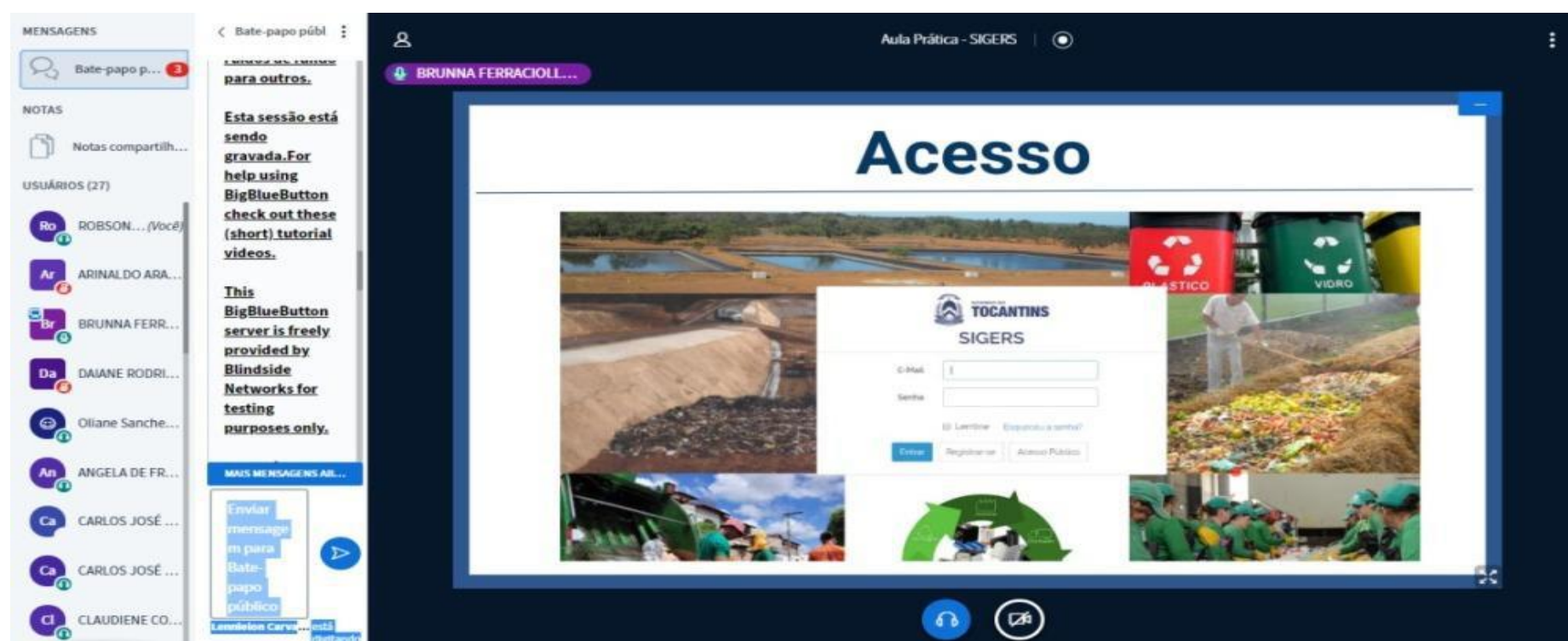
A Câmara Técnica foi criada na estrutura do Coema, por meio da Resolução nº 93, de 04 de dezembro de 2019, compete a ela: **executar, orientar, monitorar e fiscalizar a implementação de todas as fases e medidas propostas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos**, além da apresentação de relatórios de monitoramento ao Coema, com descrição das ações realizadas e as metas alcançados por meio dos indicadores de desempenho.

Entidades integrantes: SEMARH, SEAGRO, NATURATINS, SESAU, MPE, UNITINS e CREA

Instrumentos de execução PERS - TO

2. Sistema Informatizado de Gestão de Resíduos Sólidos do Estado do Tocantins- SIGERS/TO

O SIGERS é o instrumento de gestão e monitoramento que integra e armazena, em banco de dados, as informações de gestão de resíduos sólidos realizadas pelos 139 municípios do Estado, desde a geração até a sua disposição final.



Março até 01 de setembro
2024 – (dados de 2023)
Status – 74 municípios
atualizaram o cadastro e 29
preencheram as informações

Instrumentos de execução PERS - TO

3. Fórum Estadual Lixo & Cidadania do Tocantins – FELC/TO

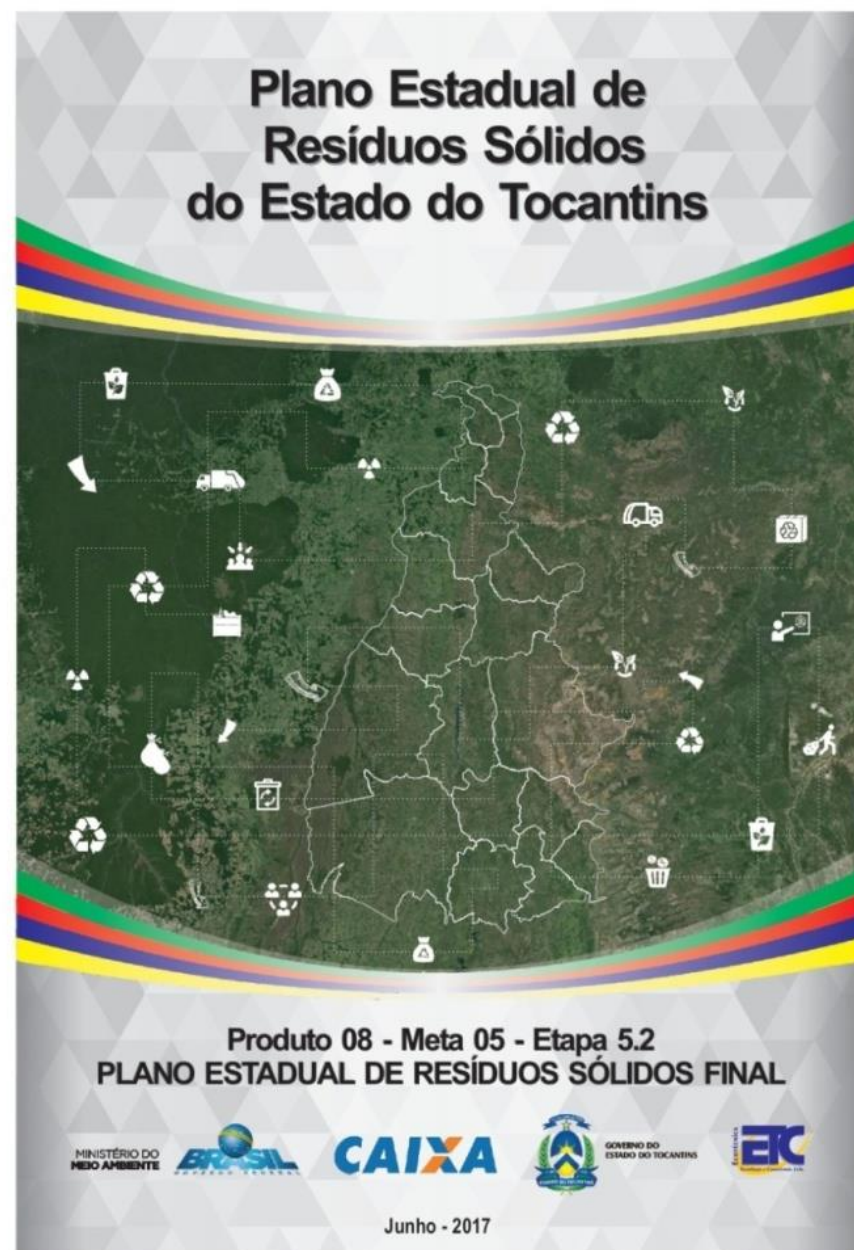
O FELC/TO tem caráter permanente de **discussão, proposição, sensibilização, capacitação e apoio técnico** para a gestão de resíduos no Estado do Tocantins segundo os **princípios do Programa Nacional Lixo & Cidadania**, envolvendo entidades governamentais, não governamentais, de caráter acadêmico e de representação social.

O Fórum é responsável pela **adequada orientação e fortalecimento das ações do plano**, para que sejam desenvolvidas de forma integrada, descentralizada e participativa.



Instrumentos de execução PERS - TO

4. Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS/TO



O Plano foi **elaborado em 2017**, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Norteia a tomada de decisão do Estado**, para que as soluções adotadas sejam eficientes e sustentáveis.

No documento foram traçadas **diretrizes e metas que incentivam os municípios a implantação e o compartilhamento de ações regionalizadas, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.**

O documento está disponível no *site* da Semarh (www.semarh.to.gov.br).

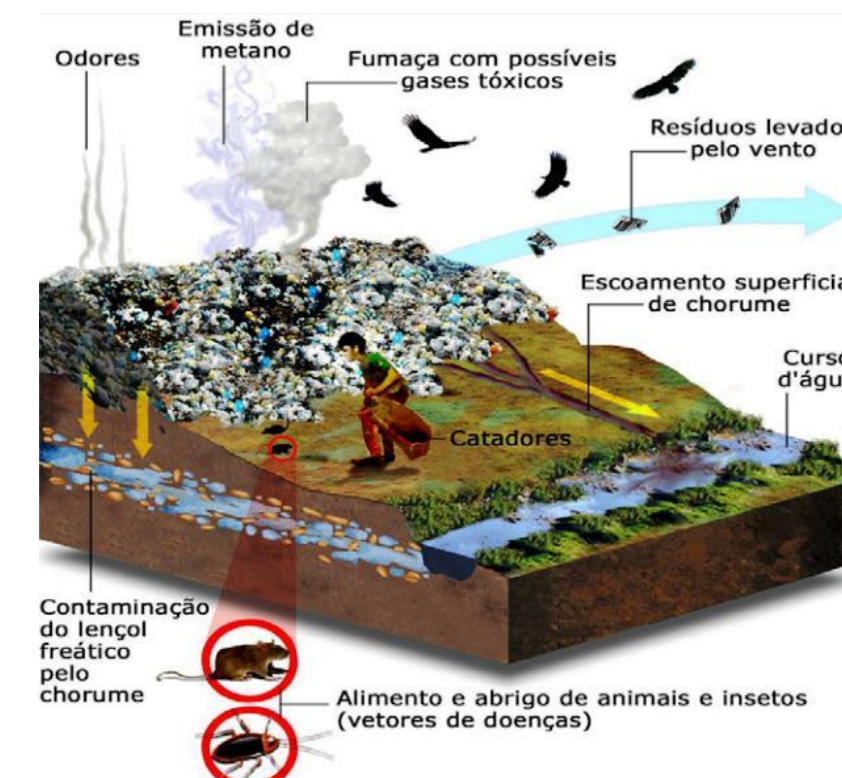
O Cenário dos RSU no Tocantins em 2017

O DESAFIO...

- Tornar realidade a gestão adequada dos resíduos sólidos nos 139 municípios tocantinenses.

OS PROBLEMAS.....

- O Estado gerava mais de **24 mil toneladas de lixo urbano/mês**. A época, a disposição final dos resíduos sólidos urbanos se dava em 129 lixões, 7 aterros controlados e 3 aterros sanitários .
- A maioria absoluta dos municípios que construíram Aterros Sanitários Públicos (com recursos próprios, estaduais ou federais), devido a dificuldade financeira e operacional/técnica, perderam **em pouco tempo toda a estrutura e investimento, transformando o local em lixão**.



Alternativas de Regionalização do Plano

Os parâmetros utilizados para definição da regionalização:

Distância entre os municípios

Condições de trafegabilidade

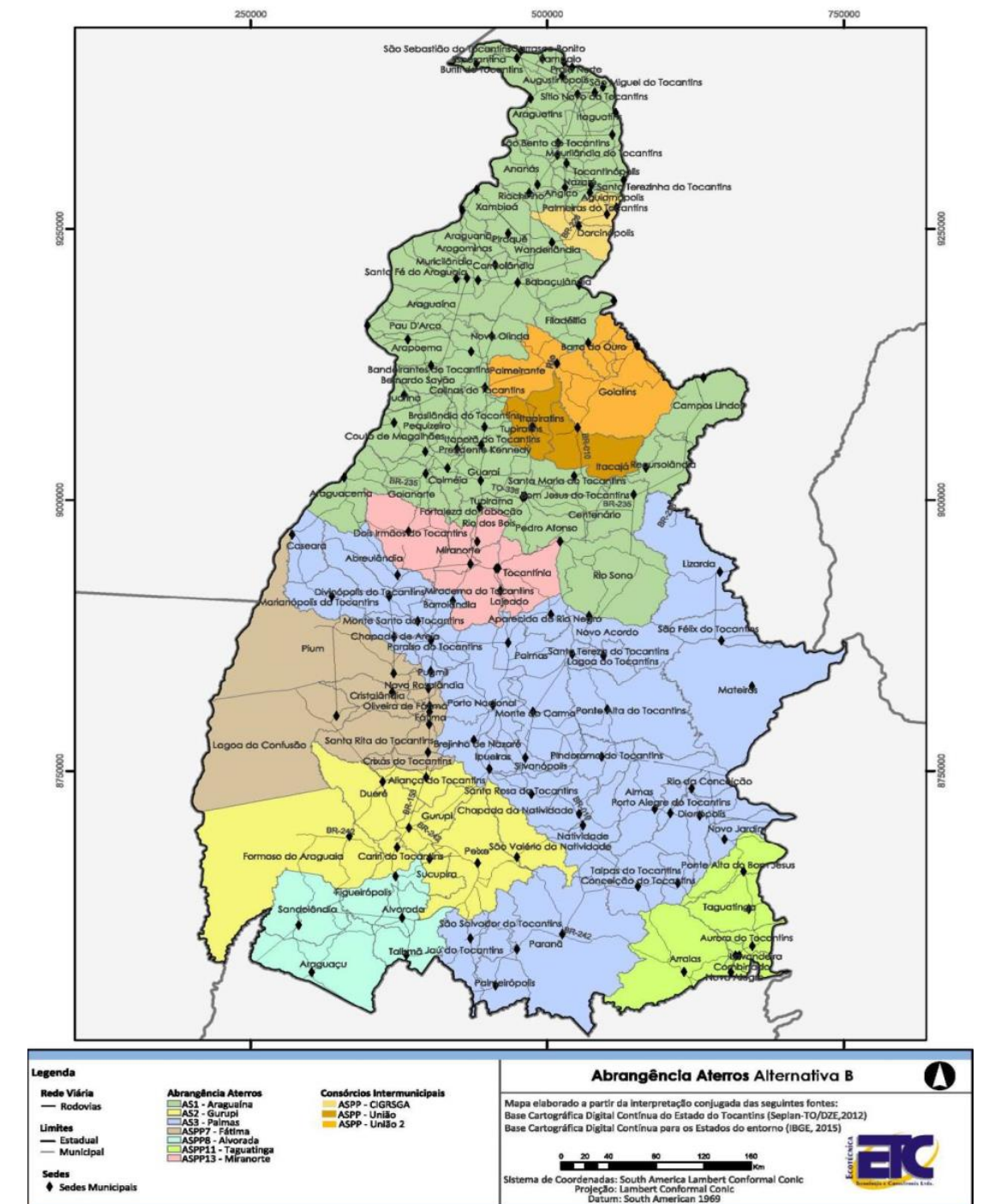
Crescimento populacional

Geração de resíduos ao longo do horizonte de planejamento do PERS/TO

Formas de destinação final atualmente em operação

Consórcios implementados

Outros arranjos territoriais existentes



O Cenário atual dos RSU no Tocantins

ATUAL SITUAÇÃO DA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE TOCANTINS – DADOS OBTIDOS NO SISECO – SISTEMA DE ICMS ECOLÓGICO - ANO BASE 2023			
UNIDADE DE DISPOSIÇÃO FINAL	MUNICIPIOS QUE DISPOEM RESÍDUOS EM ATERROS SANITÁRIO PÚBLICOS (SEDE)	MUNICIPIOS QUE DISPÕEM DE ATERROS PARTICULARES (SEDE)	MUNICIPIOS QUE DISPÕEM EM ATERROS PARTICULARES E PÚBLICOS LOCALIZADOS EM OUTRO MUNICÍPIO
ATERRO SANITÁRIO PÚBLICO DE PALMAS	PALMAS		
ATERRO SANITÁRIO PÚBLICO DE COUTO MAGALHÃES	COUTO MAGALHÃES		JUARINA
ATERRO SANITÁRIO PÚBLICO DE WANDERLÂNDIA	WANDERLÂNDIA (CONCESSÃO PARA AMBIENTALIX)		XAMBIOÁ
ATERRO SANITÁRIO PÚBLICO DE DOIS IRMÃOS	DOIS IRMÃO DO TOCANTINS		
ATERRO SANITÁRIO PÚBLICO DE GURUPI	GURUPI (LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – VENCIDA)		SANTA RITA DO TOCANTINS, SUCUPIRA
ATERRO SANITÁRIO PÚBLICO DE ITAPIRATINS	ITAPIRATINS		
ATERRO SANITÁRIO PÚBLICO DE PALMEIROPOLIS	PALMEIROPOLIS		
ATERRO SANITÁRIO PRIVADO LITUCERA		ARAGUAÍNA	ARAGUANÃ, BANDEIRANTE DO TOCANTINS, MURICILÂNDIA, NOVA OLINDA, PAU D'ARCO
ATERRO SANITÁRIO PRIVADO BASE FORTINS		PORTO NACIONAL	BREJINHO DE NAZARÉ, LAJEADO, SILVANÓPOLIS, IPUEIRAS, SILVANOPOLIS
SITUAÇÃO DA DISPOSIÇÃO FINAL DO RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DE TOCANTINS	07 ATERROS SANITÁRIOS PÚBLICOS (SEDE) 02 ATERROS SANITÁRIOS PRIVADOS (SEDE) 14 MUNICIPIOS QUE DESTINAM SEUS RESÍDUOS SÓLIDOS PARA OS ATERROS CITADOS. 23 MUNICÍPIOS QUE FAZEM A DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIOS PÚBLICOS E PRIVADOS		

Aprox. 500 mil hab – 33% da população TO

The map displays the state of Tocantins, Brazil, with its 179 municipalities. The municipalities are color-coded into 12 regions:

- Bico do Papagaio** (Yellow)
- Norte** (Cyan)
- Médio Norte 1** (Light Brown)
- Médio Norte 2** (Dark Brown)
- Oeste** (Orange)
- Central** (Light Green)
- Jalapão** (Dark Green)
- Sul** (Olive Green)
- Sudeste 1** (Light Yellow)
- Sudeste 2** (Yellow)

The map also shows the state's borders with neighboring states: Maranhão to the west, Piauí to the north, Bahia to the northeast, and Goiás to the east. A legend in the top left corner identifies symbols for municipal and regional seats, municipal limits, and state limits. A scale bar indicates distances up to 52 km, and a north arrow is present. The map is overlaid with a coordinate grid showing longitude from 46°0'0"W to 50°0'0"W and latitude from 8°0'0"S to 10°0'0"S.

Foco das ações da DGIRS

- 1 Mapa da cadeia produtiva dos RSU
- 2 Busca por fontes financiadoras (Municipalidades, MMA, emendas)
- 3 Apoio às cooperativas/associações de catadores, capacitações
- 4 Busca de soluções públicas ou privadas para a reciclagem de orgânicos e secos
- 5 Decreto de Logística Reversa



Apoio as ações consorciadas

Consórcios	Municípios integrantes	Sede
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Vale do Rio Palma (CIDS Vale do Rio Palma)	Lavandeira, Aurora do Tocantins, Combinado e Novo Alegre	Aurora do Tocantins
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Vale do Rio Manuel Alves (CIDS Vale do Rio Manuel Alves)	Almas, Dianópolis, Novo Jardim, Porto Alegre, Taipas, Chapada da Natividade, Conceição do Tocantins e Rio da Conceição	Porto Alegre do Tocantins
Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental Integrada (Delta Tocantins)	Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins e Tupirama	Pedro Afonso
Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental	Palmeiras do Tocantins, Aguiarnópolis, Luzinópolis, Nazaré e Santa Terezinha	Palmeiras do Tocantins
Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e Desenvolvimento Sustentável da Região Centro Norte do Tocantins - CISBATO	Miracema do Tocantins, Miranorte, Rio dos Bois, Barrolândia, Tocantínia e Lajeado.	Miranorte do Tocantins
Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional do Tocantins das Regiões Sul e Centro-Oeste – CODER-TO SUL/CENTRO OESTE.	Gurupi, Aliança do Tocantins, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Peixe, Nova Rosalândia, Sandolândia, Santa Rita do Tocantins, São Salvador do Tocantins, Jaú do Tocantins e Palmeirópolis	Gurupi

Programa Lixão Zero

Projeto piloto Lixão Zero - Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Manuel Alves - Almas, Dianópolis, Novo Jardim, Porto Alegre, Taipas do Tocantins, Conceição do Tocantins Chapada da Natividade, Rio da Conceição e Ponte Alta. Além dos municípios pertencentes ao Consórcio, fazem parte do projeto piloto o Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Aura Minerals patrocinou projeto do aterro e licenciamento ambiental.



Participação em GTs

- 1) Grupo de Trabalho de Regionalização de Resíduos Sólidos Urbanos da Câmara Técnica de Governança, Saneamento Urbano e Rural do Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB), liderado pelo departamento de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério das Cidades.
- 2) Grupo de Trabalho de Logística Reversa, liderado pelo MMA.
- 3) Rede TO Sustentável, coordenada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 14) A DGIRS representa a Semarh no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Palmas.



Vem aí... O Decreto de Logística Reversa de embalagens em geral

- **Art.3º** Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos que, após uso pelo consumidor, geram **embalagens** em geral como resíduos, no Estado do Tocantins, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.
- §1º A obrigatoriedade prevista no caput abrange os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes sediados, ou não, no Estado do Tocantins, e independentemente de serem signatários ou aderentes de termo de compromisso estadual.



ICMS Ecológico – 13%

**Critério 4 - Saneamento
Básico e Conservação da
Água do Município – 3,5%**





Obrigada!

Ellen Silvia Amaral Figueiredo
Diretora de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
SEMARH - TO
(63) 98437-2508
ellensilviafigueiredo@gmail.com



@meioambientetocantins



@MeioAmbienteTO



Meio Ambiente
Tocantins

www.semarh.to.gov.br